

Acordo no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.800 - PR (2019/0011317-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : D DE A D W
AGRAVANTE : J A D F
ADVOGADOS : LUIZ FRANCISCO BARCELLOS BOND - PR038597
HENRIQUE LEAL VIANNA E OUTRO(S) - PR036085
AGRAVADO : M T F L
ADVOGADO : OMAR CADOR RAMOS EDDINE - PR038232

DECISÃO

Trata-se de pedido de homologação de acordo apresentado nesta Corte Superior, com requerimento de suspensão do processo até o cumprimento integral da composição entre as partes (e-STJ fls. 1.042/1.049).

Foi interposto agravo nos próprios autos contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 886/889).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 703):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE POST MORTEM CUMULADA COM PETIÇÃO DE HERANÇA. PRELIMINAR DE DECADÊNCIA REJEITADA. POSSIBILIDADE DE SE RECONHECER A PATERNIDADE BIOLÓGICA EM QUALQUER MOMENTO. TESE DOS APELANTES DE QUE A FILIAÇÃO BIOLÓGICA NÃO PODE SER RECONHECIDA QUANDO HÁ PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E QUE AINDA ASSIM SOMENTE PODERIA SE RECONHECER SOMENTE A ASCENDÊNCIA GENÉTICA SEM EFEITOS PATRIMONIAIS. TESE REJEITADA PELO STF NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 898060. AGRAVO RETIDO E APELAÇÕES DESPROVIDAS.

“A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.” (Recurso Extraordinário nº 898060 – Relator Ministro Luiz Fux – J. 22/09/2016.)

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 798/812).

No recurso especial (e-STJ fls. 822/849), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, os recorrentes apontaram violação dos seguintes dispositivos legais:

(i) art. 489, § 1º, V, do CPC/2015, por falta de fundamentação do acórdão recorrido, tendo em vista que "o apontado acórdão proferido pelo STF no Recurso Extraordinário 898.060 – por tratar de situação distinta da versada nos presentes autos – não se aplica ao caso vertente. Com efeito, naquele caso o Pretório Excelso julgou investigação de paternidade ajuizada por uma menina de 16 anos que buscava identificar seu ascendente biológico vivo! O presente caso, diferentemente, versa sobre investigação de paternidade ajuizada por um sujeito quase sexagenário, que busca apurar seu vínculo genético com genitor morto, para, apenas e tão-somente, receber sua parte da herança. sua decisão de permitir o

reconhecimento do vínculo de filiação concomitante (biológica e afetiva), lastreada no 'direito à busca da felicidade'. [...] Sucede, porém, que a aplicação do direito à busca da felicidade não se cogita no caso em apreço, na medida em que MARCUS visa ao reconhecimento da paternidade biológica de ascendente genético já falecido, com o qual nunca conviveu e nem irá conviver" (e-STJ fls. 827/832), e

(ii) arts. 1.609, parágrafo único, do CC/2002 e 26, parágrafo único, do ECA, sob o fundamento de que "não se pode perder de vista que, se a lei considera imoral o reconhecimento de filho falecido que não deixou descendentes (CC, art. 1.609, parágrafo único; ECA, art. 26, parágrafo único), porque essa ação só teria propósitos sucessórios, por analogia do artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro também deve ser considerado imoral que um filho que estreitou laços socioafetivos com seu pai registral possa pretender investigar uma ascendência biológica para postular depois da morte do genitor genético os efeitos materiais da sua condição de filho natural do sucedido" (e-STJ fl. 834).

Buscaram, em suma, que "o referido assento civil permaneça no mesmo estado em que se encontra, especialmente porque – mesmo diante da existência do liame biológico com o pretenso genitor – (a) estão presentes os elementos constitutivos da posse do estado de filho do recorrido com seu pai registral, fundado na base socioafetiva da filiação, judicialmente reconhecida e (b) o valor jurídico do liame genético deve ser sopesado com a verdade sociológica da filiação, posto que, como visto à exaustão, a paternidade não é apenas um dado da natureza biológica e sim um vínculo construído pelos fatos continuados, comprovados à exaustão no caso em foco. Dessa feita e à guisa de conclusão, devem ser reformados os acórdão, para que – mesmo com o reconhecimento do vínculo genético entre o ora apelado e o falecido Jamhar Amine Domit – seja julgado improcedente o pedido de alteração do registro civil de MARCUS e o consequente reconhecimento de sua condição de herdeiro" (e-STJ fl. 849).

Contraminuta apresentada às fls. 951/954 (e-STJ).

O Ministério Público Federal emitiu parecer pelo não provimento do agravo (e-STJ fls. 979/984) e pela homologação do acordo entre as partes, "apenas quanto aos efeitos patrimoniais decorrentes do reconhecimento da paternidade, sendo necessário, para tanto, concomitante expedição de mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente, para que seja anotado em seu registro o estado de filiação biológica juntamente com a filiação socioafetiva" (e-STJ fl. 1.015).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, verifico que o magistrado de primeira instância julgou procedente a ação de investigação de paternidade *post mortem* cumulada com petição de herança, reconhecendo a paternidade pretendida, declarando J. A. D. como pai biológico de M. T. F. L., determinando a expedição de mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente, assim como sua qualidade de herdeiro (e-STJ fls. 453/458). A sentença foi mantida, por unanimidade, pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 703/725).

Requerem as partes homologação do acordo abaixo transcrito (e-STJ fls. 974/975):

4.1 Diante do resultado positivo do exame de DNA realizado pelas partes em primeira instância, D. e J. F., reconhecem o direito à paternidade biológica requerido por M., o qual poderá anotar em seu registro civil seu estado de filiação biológica concomitante mente com a filiação socioafetiva.

4.1.2 Ou seja, seu assento civil continuará a exibir o nome do senhor A. F. L. como seu pai socioafetivo.

4.2 E, para pôr fim ao presente litígio, os réus, por uma mera liberalidade, assumem a obrigação de transferir a M. (a) o apartamento 901, do Edifício Rio Sena, com duas vagas de garagem 11/12, matriculados, respectivamente, sob nº 31.118 e 31.119, ambos do 2º Registro de Imóveis de Curitiba, (b) o imóvel localizado no Edifício Arthur Leal, matriculado sob nº 50.129 do 2º Registro de Imóveis de Curitiba e (c) o veículo Mercedes Benz, placa ANJ-2001, mediante escritura pública de doação, cujo processo deverá ser iniciado perante o tabelionato competente no prazo improrrogável de até 07 (sete) dias após a homologação judicial do presente acordo.

4.3 Em contrapartida, e amparado no disposto do parágrafo único do artigo 1.804 do Código Civil, o autor renuncia - de forma expressa, definitiva, irrevogável e irretroatável - ao seu eventual direito à herança dos demais bens deixados por J. A. D., cuja renúncia retroagirá ao tempo da abertura do inventário.

4.4 Todas as despesas referentes à doação dos imóveis serão arcadas pelos réus, como, v.g., custas de cartório para elaboração das escrituras de doação, impostos incidentes sobre as transferências de propriedade, averbações e demais encargos inerentes à doação ora convencionada.

4.5 Declaram os réus e reconhece o autor que os bens imóveis indicados no item 4.2 da presente avença não possuem qualquer dívida tributária e/ou condominial, sendo que o veículo automotor supracitado possui dívida de IPVA, seguro obrigatório e licenciamento, que, somados até 22/01/2019, totalizam R\$ 2.380,23 (dois mil trezentos e oitenta reais e vinte e três centavos). Declaram os réus, ainda, que referidos bens imóveis estão livres de qualquer restrição, como penhoras e arrestos, pelo que responderão por eventual evicção.

4.6 A partir da data em que for lavrada a escritura pública de doação, o pagamento de todos os tributos e taxas condominiais relativos aos referidos bens imóveis será de exclusiva responsabilidade do donatário.

4.7 Os valores relativos às taxas de inadimplência do Condomínio Edifício Rio Sena que tenham sido pagos pelos réus até a data em que for lavrada a escritura pública de doação pertencerão a estes, com exclusividade.

4.8 Convencionam as partes, ainda, que eventuais custas processuais remanescentes serão rateadas igualmente entre autor e réus, pelo que M. renuncia, desde logo, ao benefício da assistência judiciária gratuita que lhe foi concedido no curso do presente processo.

4.9 Cumprindo-se o que foi acordado na presente petição, as partes declaram nada mais ter a reclamar uma da outra - quanto aos fatos descritos na petição inicial - no

presente ou no futuro, sendo que ao autor será defeso pleitear qualquer direito hereditário/patrimonial de seu pai biológico e/ou réus.

4.10 E, por estarem certos e ajustados, requerem, respeitosamente, a HOMOLOGAÇÃO do presente acordo, com a consequente suspensão do processo (art. 313, II, do CPC) até o cumprimento integral da composição ora noticiada, após o que o processo deverá ser extinto, com resolução do mérito.

4.11 Cada parte arcará individualmente com os honorários de seus patronos.

4.12 Acordam as partes que, em caso de inadimplemento das obrigações ora convencionadas, restará sem efeito a homologação do acordo, bem como confessada a matéria fática exposta na petição inicial, implicando - nessa hipótese - na desistência dos recursos interpostos pelos réus.

5 À luz do exposto, D. J. F. e M. requerem a Vossa Excelência (a) sejam desconsiderados os termos do acordo constantes da petição encartada às fls. 973/976 e, paralelamente, (b) a homologação da composição firmada na presente peça, com a consequente suspensão do processo até que seja noticiado o cumprimento integral do ora avençado.

Segundo o art. 3º da Lei n. 13.140/2015, a qual dispõe sobre mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, "pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação".

No caso, consta dos autos acordo firmado pelas partes, em que transacionaram direitos disponíveis, buscando, consequentemente, a homologação e a suspensão do processo.

Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes, às fls. 1.042/1.049 (e-STJ), em conformidade com o art. 34, IX, do RISTJ, e DEFIRO a suspensão do presente recurso pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, conforme o art. 313, II, § 4º, do CPC de 2015. Decorrido o prazo, intemem-se as partes para se manifestarem a respeito da extinção do processo pela perda do objeto.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator